

Exma. Senhora Coordenadora do Grupo de Trabalho da Lei de Bases da Saúde,

Exmos. Senhores Deputados,

Exmos. Senhores Presidentes e representantes das instituições aqui presentes,

Gostaria de começar a minha intervenção por agradecer o convite que foi endereçado à Associação de Farmácias de Portugal (AFP), à qual presido, para darmos o nosso contributo e a nossa visão sobre um tema tão prioritário e fundamental como é o caso Lei de Bases da Saúde.

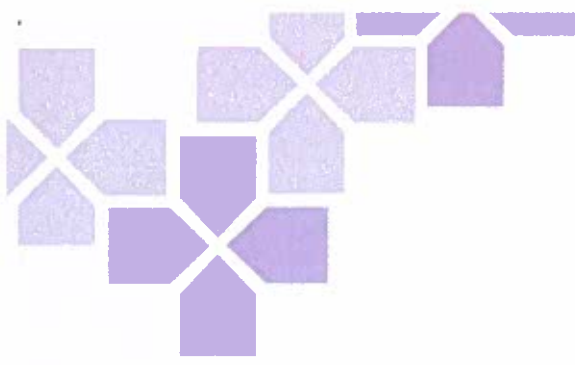
Todos nós que estamos aqui presentes defendemos a missão específica das instituições que representamos, mas acredito que **todos nós nos batemos por um Sistema de Saúde de Excelência, tendo como foco central as necessidades de todos os cidadãos.**

É verdade que vivemos tempos desafiantes.

Por isso, consideramos urgente e imperativo encontrar soluções que garantam a sustentabilidade financeira do sistema de saúde, sem comprometer a sua qualidade e a sua missão.

Mas, são também inúmeras as oportunidades que se abrem.

É precisamente neste contexto desafiante e simultaneamente de possibilidades que a Associação de Farmácias de Portugal defende a criação de novos trilhos e o



aprofundamento das atuais parcerias entre o Sistema Nacional de Saúde e os agentes do setor privado, em particular, as farmácias comunitárias.

Permitam-me fazer uma breve radiografia do papel fundamental que as farmácias desempenham na promoção dos cuidados de saúde e que permitem ao Serviço Nacional de Saúde obter poupanças assinaláveis todos os anos.

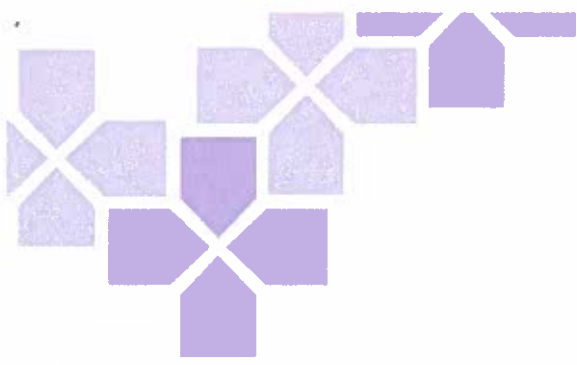
A função das farmácias vai muito além da simples dispensa de medicamentos aos utentes. **Cada vez mais, as farmácias disponibilizam à sociedade civil um conjunto alargado e vital de serviços** entre os quais se destacam:

- O aconselhamento prestado aos utentes;
- A preparação individualizada de medicamentos;
- A administração de vacinas;
- As consultas de acompanhamento de Doenças Crónicas (ex: Diabetes)
- A disponibilização de rastreios e de testes bioquímicos, entre outros.

É ainda importante recordar que **as farmácias são muitas vezes o primeiro e último contacto dos cidadãos com o sistema de saúde.**

Principalmente, nas zonas mais rurais e desertificadas do país, as farmácias chegam primeiro às populações do que qualquer entidade pública prestadora de serviços de saúde.

Desta forma, e pelos serviços que prestam, **as farmácias permitem gerar todos os anos poupanças significativas ao Serviço Nacional de Saúde, evitando muitas deslocações desnecessárias aos hospitais e prevenindo o aparecimento ou o desenvolvimento de patologias dos utentes que comportariam custos elevados para o Estado.**



Por todas estas razões, **as farmácias são indiscutivelmente um parceiro fundamental do Serviço Nacional de Saúde.** Infelizmente, este papel desempenhado pelas farmácias ainda não é devidamente reconhecido pelo Estado.

Defendemos por isso uma Lei de Bases da Saúde que reconheça o valor acrescentado que as farmácias comunitárias representam para o Serviço Nacional de Saúde.

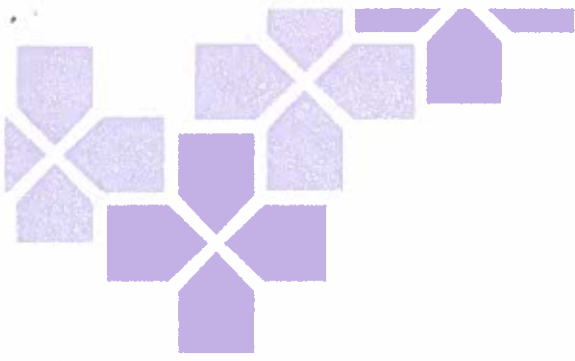
Temos no percurso recente da atividade das farmácias vários exemplos de sucesso de projetos de parceria com o Sistema Nacional de Saúde que podem e devem ser replicados.

É o caso do projeto TARV, que permite a dispensa de medicamentos para a infeção VIH nas farmácias comunitárias, aumentando assim a comodidade dos cidadãos e a facilidade de acesso e adesão à terapêutica.

A AFP considera benéfico que as farmácias possam desempenhar o mesmo papel no fornecimento de medicamentos a utentes com outras patologias, atualmente disponibilizados apenas os hospitais.

Da mesma forma, **defendemos uma maior interligação entre os diversos profissionais do setor da saúde, tendo como principal foco as necessidades e o bem-estar dos cidadãos.** O aprofundamento desta interligação pode passar, por exemplo, pela possibilidade de os médicos do SNS prescreverem aos seus pacientes o recurso aos serviços farmacêuticos.

Com isto, libertam-se recursos do SNS, garante-se um acompanhamento próximo dos utentes, promove-se a adesão à terapêutica e eficácia nos tratamentos, evita-



se a progressão da doença e, conseqüentemente, diminuem as situações de urgência e internamentos e baixas médicas prolongadas.

Estas são algumas propostas da Associação de Farmácias de Portugal para um **sistema de saúde nacional mais inclusivo, mais próximo do utente e mais eficaz.**

Obrigado a todos!

Manuela Pacheco

Presidente da Associação de Farmácias de Portugal